

Elites locais, partidos
municipais e lideranças
oposicionistas na Primeira
República: o caso do Estado
do Paraná (1905-1915)

Local elites, municipal parties
and oppositionist leaders in
the First Republic: the case of
State of Paraná (1905-1915)

Sandro Aramis Richter Gomes¹



Resumo: Neste artigo desenvolve-se uma investigação sobre a composição social e o desempenho eleitoral de três partidos municipais que existiram no Estado do Paraná de 1905 a 1915. O objetivo deste trabalho é avançar na compreensão acerca da organização interna e da ação eleitoral das agremiações que combateram os partidos situacionistas durante a Primeira República. Primeiro, é destacado que o surgimento de agremiações municipais no Paraná evidenciou as dificuldades de os líderes da oposição estadual controlarem a ação política dos oposicionistas residentes em cidades do interior. Segundo, ressalta-se que uma parcela dos integrantes dos partidos municipais era egressa da agremiação governista. As agremiações locais funcionaram como refúgios para indivíduos que posteriormente foram absorvidos pelo grupo situacionista. Terceiro, cabe salientar que a curta duração dos partidos municipais evidenciou o insucesso do projeto das elites locais de contrabalançarem a força eleitoral da agremiação majoritária. **Palavras-chave:** Elites locais; Estado do Paraná; Municípios; Partidos políticos; Primeira República.

Abstract: The article analyzes the social composition and electoral performance of three municipal parties that existed in the State of Paraná from 1905 to 1915. The objective of this study is to advance the understanding of the internal organization and the electoral action of the parties that fought the dominant parties during the First Republic. First, the emergence of local parties evidenced the difficulties of the leaders of the state opposition to control the political action of the oppositionists residing in the municipalities of Paraná. Second, a portion of the members of the municipal parties came from the major party. The municipal parties served as shelters for politicians who later returned to the ruling group. Third, evidenced is show that the short-term of the municipal parties represented the failure of the project of the local elites to counterbalance the electoral strength of the ruling party. **Keywords:** First Republic; Local elites; Municipalities; Political parties; State of Paraná.



Introdução

Neste artigo realiza-se uma investigação sobre a composição social e o desempenho eleitoral de três partidos municipais fundados no Estado do Paraná, de 1905 a 1915. Tais partidos funcionaram nas cidades de Curitiba, Guarapuava e Ponta Grossa. Em um sentido amplo, o propósito deste estudo consiste em produzir conhecimento acerca da ação política dos membros de elites locais que atuaram como opositores dos partidos situacionistas durante a Primeira República.

O recorte temporal adotado neste trabalho refere-se aos processos de formação e extinção das agremiações municipais do Paraná. Em 1905, ocorreu a fundação e desagregação do Partido Municipal de Ponta Grossa. Em 1912, houve o aparecimento e dissolução do Partido Independente de Curitiba. O ano de 1915, por sua vez, marca o fim das atividades do Partido Municipal de Guarapuava, o qual fora criado em 1912.

Há três argumentos fundamentais neste artigo. Primeiro, cumpre reconhecer que nos decênios de 1900 e 1910 os líderes da oposição paranaense não tinham a força política necessária para manter um partido estadual em permanente funcionamento. Era muito limitada a sua capacidade de influir na ação eleitoral dos adversários do governismo que viviam nos pequenos municípios.

Segundo, destaca-se que havia grupos oposicionistas muito ativos em cidades do interior do Paraná. Os chefes desses grupos foram os mentores da criação de partidos municipais. Porém, essas agremiações tiveram curta duração. Um destino de parte dos seus gestores consistiu em aderir à agremiação situacionista.

Terceiro, convém salientar que a curta duração dos partidos municipais evidenciou o malogro da tentativa de elites locais contrabalançarem o predomínio eleitoral dos situacionistas no interior do estado. As principais iniciativas para reduzir tal predomínio foram realizadas por políticos que não possuíam relevante base de apoiadores. No período em tela, o jogo eleitoral paranaense foi marcado pela presença de indivíduos que buscaram combater os governistas sem se envolver na organização de um partido estadual de oposição.

As análises relativas à vida política brasileira ao tempo da Primeira República têm experimentado avanços. Uma das principais inovações reside na investigação das formas de competição eleitoral. Os estudos históricos



têm identificado analogias quanto aos modos de ação política das oposições estaduais. Esses estudos evidenciam que, em diferentes estados, as oposições possuíam a disposição de contestar a vitória eleitoral dos seus adversários (ZULINI, 2016). Ao mesmo tempo, não era raro que oposicionistas derrotassem candidatos governistas em disputas para cargos como o de deputado federal (FIGUEIREDO, 2017; RIBEIRO, 2019).

Entretanto, a historiografia permanece carente de análises sobre contextos políticos caracterizados pela dificuldade de os oposicionistas formarem um partido internamente estável e eleitoralmente competitivo. Conforme demonstrado no decorrer deste trabalho, o Paraná da época da Primeira República se enquadra na categoria de um estado marcado pela relação volúvel entre os chefes locais da oposição.

De outra parte, cumpre asseverar que permanece incipiente a compreensão acerca da estrutura interna, objetivos e desempenho eleitoral dos partidos municipais que surgiram no Brasil no início do século XX. Tal vertente de análise é mais avançada para o caso do Estado de São Paulo (WOODARD, 2019).

Conforme demonstrado no decorrer deste trabalho, em estados como Paraná e São Paulo as agremiações municipais surgiram em um contexto no qual havia partidos nacionais em funcionamento. A época aqui estudada foi distinguida pela coexistência de partidos municipais, estaduais e nacionais. Portanto, cumpre salientar que um aspecto da ação política de uma parte dos oposicionistas residentes em pequenos municípios consistiu em não aderir às agremiações nacionais e estaduais que combatiam os partidos governistas. Essa ala de oposicionistas optou por constituir suas próprias agremiações. Tal opção criou obstáculos para a estruturação de agremiações nacionais em cidades do interior.

O desenvolvimento de estudos a respeito de agremiações municipais propicia um entendimento acerca das formas de ação eleitoral das elites locais. Essa corrente de análise possibilita o conhecimento da atividade política de indivíduos que perderam espaço nas agremiações governistas e tentaram se conservar em posições relevantes na cena partidária de cidades do interior. Tal linha de abordagem favorece uma compreensão sobre os desníveis da força política de governistas e oposicionistas no contexto de vida eleitoral de pequenas jurisdições.

De fato, as análises contemporâneas acerca da Primeira República continuam a dedicar atenção às contendas entre lideranças políticas regionais (ARRUDA, 2015; SACCOL, 2018). Porém, há dois temas que carecem de maior



desenvolvimento. Um tema é relativo às carreiras políticas dos líderes locais da oposição. O desenvolvimento dessa linha de investigação permite compreender a natureza das ligações mantidas por esses líderes com o grupo governista na época anterior ao aparecimento dos partidos municipais. O outro tema diz respeito aos processos de constituição e dissolução dos grupos oposicionistas. Tal abordagem subsidia a identificação de diferenças entre as elites locais no que concerne à maior ou menor inclinação para serem absorvidas pela ordem situacionista após o insucesso dos seus projetos eleitorais.

Neste artigo, o estudo do desempenho eleitoral dos oposicionistas é realizado concomitantemente à análise de suas carreiras políticas. Para a execução dessa abordagem, são aqui empregados métodos de análise inspirados na prosopografia (CHARLE, 2006; STONE, 2011). A reunião de informações acerca das trajetórias de dirigentes de partidos municipais do Paraná permite identificar os fatores que os impeliram a se acomodar no campo oposicionista. A investigação dessas trajetórias também possibilita destacar aspectos convergentes entre tais indivíduos no que concerne aos seus destinos políticos no período posterior à extinção dos partidos municipais que comandaram.

As fontes utilizadas neste artigo consistem em jornais de circulação nacional e regional. Esses periódicos estão disponíveis para consulta no sítio eletrônico da Hemeroteca Digital Brasileira.² Em boa medida, os jornais aqui selecionados cultivaram ligações com os partidos estaduais do Paraná. Dentre esses periódicos, *A República* e o *Diário da Tarde* tiveram um envolvimento mais duradouro com as agremiações da situação e da oposição, respectivamente.³ No período contemplado pelo presente artigo, o jornal *A República* apoiava o Partido Republicano Federal, agremiação majoritária. O *Diário da Tarde*, por sua vez, era ligado ao Partido Republicano.⁴ Publicados ininterruptamente durante a Primeira República, esses periódicos permitem uma compreensão sobre o jogo político da capital e de cidades do interior paranaense.

A análise das edições de *A República* é crucial para o entendimento das políticas de preenchimento de cargos públicos que vigoraram no estado durante a Primeira República. Esse periódico funcionava à maneira de um diário oficial. Ele era o órgão responsável por divulgar as nomeações realizadas diariamente pelo presidente do estado. A consulta a essa fonte permite identificar o envolvimento de lideranças da oposição nos esquemas locais de concessão de funções comissionadas. O estudo do citado periódico também propicia o conhecimento dos resultados das disputas para diferentes cargos públicos. Portanto, esse estudo possibilita evidenciar as variações do desempenho



eleitoral de oposicionistas paranaenses nos decênios de 1900 e 1910.

O *Diário da Tarde*, por seu turno, era o periódico que divulgava informações acerca das atividades eleitorais de oposicionistas da capital e do interior do estado. O estudo dessa fonte permite o conhecimento da composição do núcleo dirigente de partidos de oposição, das atividades eleitorais das agremiações minoritárias e das circunstâncias que geraram cisões entre os mentores dos partidos municipais. A consulta aos mencionados jornais permite o levantamento de informações acerca da vida interna dos partidos estaduais e municipais. Ela também favorece o conhecimento dos destinos políticos dos próceres dessas agremiações.

O declínio dos próceres da oposição estadual e a aproximação entre chefes políticos municipais: o contexto da fundação de partidos minoritários no interior do Paraná

A análise do processo de implantação dos partidos municipais do Paraná requer a atenção ao contexto político dos anos 1900. Para a formulação de um panorama relativo aos aspectos do quadro partidário estadual, cumpre fundamentar quatro afirmações.

Primeiro, trata-se de salientar que no mencionado decênio vigorava a polarização entre o Partido Republicano Federal (PRF) e o Partido Republicano (PR). O PRF era a agremiação situacionista. O seu líder era o advogado Vicente Machado da Silva Lima (1860-1907), então presidente do estado. Pertencente ao campo da oposição, o PR era comandado pelo advogado e ex-senador Generoso Marques dos Santos (1844-1928) (SÊGA, 2005).

A formação desse quadro político significou a continuidade da polarização que vigorou no Paraná durante o Segundo Reinado. Em boa medida, o PRF era composto por egressos do Partido Conservador. O PR, por sua vez, era constituído por antigos membros do Partido Liberal. No início do século XX, a vida política paranaense foi marcada pela presença de parentelas cujo envolvimento nas lides partidárias datava da época do Império (OLIVEIRA, 2001).

O quadro de membros do PRF não permaneceu inalterado no decorrer das primeiras duas décadas republicanas. Nessa época, houve casos de políticos da situação que se desligaram dessa grei. A principal dissidência ocorrida no campo governista do Paraná data de 1915. Porém, a perda de correligionários não provocou o declínio da força eleitoral dos situacionistas (GOULART, 2014). O surgimento de cizânias no interior de agremiações majoritárias era um



acontecimento frequente. Nos estados do Mato Grosso e do Rio Grande do Sul, por exemplo, aconteceram conflitos na vida interna dos partidos dominantes desde o começo dos anos 1890 (ARRUDA, 2015; SACCOL, 2018).

Convém sustentar a segunda afirmação desta seção. A migração para o PR não foi, em todas as situações, o destino dos situacionistas que se afastaram do grupo governista. Houve casos em que os ex-integrantes do partido oficial preferiram se mover na cena política sem assumir compromissos partidários. Dessa forma, em tal período o campo oposicionista era constituído por dois grupos.

Um grupo era composto pelos filiados ao PR. O outro grupo era formado pelos políticos que se lançavam nas disputas eleitorais na qualidade de candidatos avulsos. Nesse segundo grupo, havia indivíduos dotados de grande projeção na cena partidária regional.⁵ Esse rol de oposicionistas era também integrado por políticos cuja atuação partidária era circunscrita à esfera municipal. Em síntese, uma limitação inerente ao PR consistiu em não atrair a totalidade dos egressos do situacionismo.

Atente-se, assim, ao caso da eleição para os cargos de prefeito, vereador e juiz distrital ocorrida no município litorâneo de Paranaguá em 1900. Nessa ocasião, houve o lançamento da *Chapa Patriótica*, a qual era apoiada por antagonistas do partido governista (DIÁRIO DA TARDE, 18 jul. 1900, p. 3). O postulante ao cargo de prefeito era o empresário João Guilherme Guimarães (1857-1927). Ele exercera tal posto nos anos 1890. Guimarães se desligou da agremiação dominante em virtude de desacordos com o citado Vicente Machado. O rompimento com o principal líder situacionista do Paraná reduziu o poder político de Guimarães (GRANATO, 2018).

No entanto, a *Chapa Patriótica* não prosperou. Os governistas não encontraram obstáculos para vencer o pleito em Paranaguá (A REPÚBLICA, 26 ago. 1900, p. 2). Dentre os membros da referida chapa, havia indivíduos com os quais João Guimarães mantinha relações políticas desde a época do Império. Um dos candidatos dessa chapa era o comerciante Antônio Henriques Gomes. Ele foi vereador de Paranaguá em fins dos anos 1880. Em tal época, Guimarães presidiu a Câmara Municipal. Ambos pertenceram ao Partido Conservador (COMMERCIAL, 1 out. 1887, p. 4).

Outro componente da chapa era o negociante Alberto Gomes Veiga (1858-1931). Ele constituiu relações políticas com Guimarães ao tempo em que integraram o Partido Conservador. Guimarães, Gomes e Veiga se iniciaram juntos nas disputas eleitorais. Esse início data de 1886, ocasião em que Veiga



não teve sucesso em sua candidatura de vereador (COMMERCIAL, 3 jul. 1886, p. 2). A aproximação entre os candidatos da *Chapa Patriótica* também se verifica no fato de que se envolveram em análogas atividades econômicas.⁶

Tais informações permitem corroborar a afirmação segundo a qual a apresentação de candidaturas independentes não era uma prática incomum no jogo eleitoral paranaense. Essas informações também evidenciam que, em cidades distantes da capital do estado, houve egressos do grupo situacionista que se conservaram como aliados e mantiveram um rol de apoiadores. Entretanto, esses egressos não se envolveram na organização dos partidos estaduais que pretendiam rivalizar com a agremiação dominante.

O comportamento político de chefes partidários radicados em cidades como Paranaguá representou um entrave para a criação de diretórios municipais do PR. Tal comportamento impediu que essa grei contasse com o apoio das elites locais para efetuar o recrutamento de correligionários em áreas do interior. Convém destacar que em 1907 o PR lançou uma chapa de dez candidatos ao Congresso do Paraná. Esses postulantes não tiveram unânime aceitação entre os oposicionistas. Em seguida, uma parcela do eleitorado independente avalizou a apresentação de uma chapa de vinte candidatos avulsos, os quais não se elegeram (DIÁRIO DA TARDE, 18 out. 1907, p. 2).

Cumprе, pois, fundamentar a terceira afirmação desta seção. Nos anos 1900, o partido de oposição existente no Paraná era pouco competitivo. Em 1903, o fato de o PR não possuir ampla base eleitoral levou os dirigentes da grei a se absterem de apresentar candidaturas à Câmara dos Deputados e ao Congresso Estadual (A REPÚBLICA, 14 jan. 1903, p. 1).

Nos anos anteriores à criação dos partidos municipais do Paraná, o PR não tivera êxito na tarefa de se enraizar no interior do estado. Nessa época, tal agremiação lançou candidatos somente nos momentos em que o partido dominante apresentou chapas incompletas. No contexto da Primeira República, a homologação de chapas incompletas era o artifício por meio do qual as agremiações situacionistas concediam aos seus adversários a oportunidade de preencherem até um terço das vagas em instâncias do Poder Legislativo (FERREIRA, 1994; RIBEIRO, 2019).

Portanto, no período em tela os líderes da oposição paranaense comandaram um partido minoritário, o qual era dependente de concessões ocasionais de seus antagonistas para eleger um pequeno número de candidatos. Essas concessões terminaram em 1915, ano em que os governistas começaram a apresentar chapas completas (A REPÚBLICA, 12 out. 1915, p. 1).



Por fim, convém fundamentar a quarta afirmação desta seção. Trata-se de salientar que as agremiações municipais do Paraná surgiram em um contexto marcado pela redução da relevância política do partido oposicionista em áreas afastadas da capital do estado. Conforme ressaltado, um dos fatores da limitada força eleitoral do PR era a dificuldade de incorporar aos seus quadros indivíduos que se desligaram do partido oficial.

Outra dificuldade enfrentada pelo PR decorreu do fato de que em pequenos municípios ocorreram dissidências em seus diretórios. Em geral, os insurgentes não demoravam ser cooptados pelo PRF. Em 1902, tal situação foi verificada na cidade portuária de Antonina. Nesse ano, o negociante e ex-deputado estadual Teófilo Soares Gomes (1854-1935) abriu uma dissidência no diretório que o PR instalara nesse município. Em seguida, ele se aproximou dos situacionistas (A REPÚBLICA, 17 nov. 1902, p. 2).

Essa aproximação resultou na fusão dos diretórios que o PRF e o PR mantinham naquela cidade. Nessa oportunidade, Teófilo Gomes dividiu o comando do novo diretório com Líbero Guimarães (1835-1908), então prefeito de Antonina, e com um político novato, o vereador Lauro do Brasil Loyola (1872-1950). O presidente do PRF, Vicente Machado, foi imediatamente comunicado sobre a concretização desse arranjo político (A REPÚBLICA, 16 fev. 1903, p. 2).

No decorrer dos anos 1900, houve a desmontagem da estrutura partidária que a oposição construía para além de Curitiba, a capital do estado. A falta de respaldo das elites locais para a expansão de diretórios municipais foi um fator responsável por enfraquecer o PR nas disputas contra o PRF. Os partidos municipais surgiram em uma época em que as antigas lideranças oposicionistas experimentaram a perda de correligionários nas pequenas jurisdições. Nesse cenário, a ausência do apoio de chefes políticos do interior impediu a elevação do grau de competitividade eleitoral do PR.

Cumprir demonstrar que a criação do primeiro partido municipal do Paraná favoreceu a manutenção do poder político que Vicente Machado exercia no interior do estado. Na década de 1900, as elites locais não vinculadas ao PRF não combateram a influência desse mandatário na cena partidária regional. Elas não se opuseram aos indivíduos que estavam acomodados nas posições de maior destaque do ordenamento administrativo do Paraná. O principal objetivo de tais elites era assumir o controle das instituições municipais, as quais eram geridas por correligionários do presidente do estado.

A criação do Partido Municipal de Ponta Grossa: os objetivos



da agremiação e os movimentos de seus fundadores na cena política paranaense

O surgimento do Partido Municipal de Ponta Grossa (PMPG) ocorreu em março de 1905 (A REPÚBLICA, 8 mar. 1905, p. 1). Nesse contexto, a fundação de agremiações locais não era um acontecimento raro. A criação do PMPG foi contemporânea a outras iniciativas de integrantes de elites locais que não mantinham uma aliança com chefes municipais de partidos governistas.⁷

O PMPG se extinguiu antes de lançar candidaturas e de constituir uma Mesa Executiva. O partido não concretizou o objetivo de rivalizar com o PRF. De todo modo, as informações veiculadas na imprensa acerca dessa agremiação permitem identificar os fatores que motivaram a instalação de um partido nessa localidade. Essas informações também possibilitam salientar aspectos da atividade política e profissional dos idealizadores do PMPG. Para a execução da análise respeitante à criação desse partido, cumpre sustentar quatro constatações.

Primeiro, convém assinalar que o líder maior dessa agremiação era o bacharel Eliseu Campos Mello (1856-1934). Ele não desenvolveu uma carreira política no período anterior à criação daquele partido. Em Ponta Grossa, cidade localizada na região centro-leste do Paraná, Campos atuou exclusivamente como advogado durante os primeiros anos da década de 1900 (A REPÚBLICA, 6 fev. 1904, p. 3). O PMPG também contou com a presença de dissidentes do PRF e de egressos do PR, agremiação que ainda atuava como um partido de oposição (DIÁRIO DA TARDE, 1 mar. 1905, p. 1).

Eliseu Campos pertenceu à categoria dos dirigentes de agremiações municipais que, ao tempo da implantação desses partidos, eram novatos na vida política paranaense. A criação de um partido foi uma etapa crucial para esses dirigentes começarem a estabelecer vínculos com membros da elite política paranaense. A constituição desses vínculos ocasionou a absorção dos novatos pela agremiação governista no fim dos anos 1900. Realizada no decorrer desta seção, a análise comparada dos percursos de membros do PMPG permite salientar a convergência entre a carreira de Eliseu Campos e a de outros novatos envolvidos na criação de agremiações locais.

Compete, por consequência, sustentar a segunda afirmação desta seção. Convém salientar que o PMPG surgiu com a finalidade de combater o predomínio que o PRF exercia na vida política de Ponta Grossa. Eliseu Campos afirmou que o novo partido não pretendia combater o grupo político que controlava



o Governo Estadual. Ele também assegurou que o PMPG não se aliaria ao PR. A nova agremiação almejou atrair correligionários do partido oposicionista do Paraná. Para o entendimento da orientação política adotada pelo PMPG, cabe dedicar atenção à seguinte passagem de uma carta enviada por Campos ao jornal *A República*:

É uma realidade a criação do Partido Político Municipal de Ponta Grossa, o qual é composto por cidadãos pertencentes ao Partido Republicano Federal, ao Partido Republicano e de muitos que até aqui estavam afastados da política. [...] As linhas gerais [do PMPG] são as seguintes: partido municipal sem ligação com o Partido Republicano, ele é abertamente oposicionista à situação dominante local. [...] Sendo este partido composto de muitos cidadãos militantes no Partido Republicano Federal, ele não poderia ser oposicionista ao governo e à política dominante neste Estado (A REPÚBLICA, 8 mar. 1905, p. 3).

As informações presentes nesse excerto contêm indícios de que a composição do grupo fundador do PMPG guarda semelhanças com a composição do núcleo dirigente dos partidos municipais que surgiram no Paraná no princípio dos anos 1910. Uma semelhança reside no fato de que as agremiações municipais constituídas nessa época serviram como um refúgio momentâneo para políticos que perderam espaço tanto no partido oficial quanto na grei oposicionista. A criação do PMPG evidenciou que, no Paraná, os membros das elites locais que experimentavam o declínio de sua projeção política eram inclinados a se coligar com o intuito de continuarem ativos no jogo eleitoral de seus municípios.

Conforme destacado na passagem supracitada, o PMPG também era formado por indivíduos que não possuíam ligações com uma agremiação. Esse partido assumiu o aspecto de uma frente de veteranos e novatos que buscaram pôr fim ao longo domínio do PRF sobre a Prefeitura e a Câmara de Ponta Grossa. Os integrantes dessa frente não se dispuseram a combater aquele partido por meio da filiação ao PR. De modo análogo aos idealizadores da *Chapa Patriótica* de Paranaguá, os fundadores do PMPG se envolveram na cena política sem estabelecer vínculos com os próceres da principal agremiação oposicionista do Paraná.

Compete, pois, sustentar a terceira afirmação desta seção. Convém destacar que, em relação aos partidos municipais surgidos nos anos 1910, o PMPG foi



uma agremiação pouco consistente do ponto de vista administrativo. Essa grei não funcionou para além do seu ano de fundação. Os mentores do projeto de instituir tal partido não atingiram o grau de coesão necessário para implantar um diretório e estabelecer uma precisa divisão de tarefas entre os filiados.

Na época da formação do PMPG, foram cogitados alguns nomes para comporem a futura Mesa Executiva do diretório. Dentre tais nomes, constava o do negociante Lázaro de Oliveira Vargas (DIÁRIO DA TARDE, 1 mar. 1905, p. 1). A sua presença no rol de fundadores desse partido é uma evidência de que, em áreas do interior, as elites locais não alinhadas ao PRF mantinham uma relação inconstante com o partido estadual de oposição.

Para corroborar tal afirmação, cumpre destacar que Vargas se elegeu deputado estadual em 1899. A sua eleição decorreu do fato de que, naquele ano, os governistas apresentaram chapa incompleta ao Congresso Legislativo do Paraná. Apoiado pelo PR, Vargas foi o eleito menos votado desse pleito.⁸ Portanto, um dos responsáveis pelo surgimento do PMPG era um oposicionista que tivera efêmera projeção na cena política do estado. O fato de ele ter participado da criação dessa grei denota que sua relação com o PR foi circunscrita ao contexto de uma eleição parlamentar. Vargas não se envolveu por longo tempo na tarefa de consolidar a presença desse partido nos municípios do segundo planalto paranaense. Nesse período, Ponta Grossa já figurava como a cidade mais populosa de tal região.⁹

O núcleo dirigente do PMPG era composto por indivíduos que tiveram rápidas passagens pela administração pública. Ele também era constituído por correligionários que não desempenharam funções nas agências do Estado nas primeiras décadas do regime republicano. Esse partido recebeu o apoio de profissionais autônomos que, no começo dos anos 1900, não possuíam relevante envolvimento na vida política local.

Nesse quadro, cabe ressaltar o caso de Antônio Dias Solano Batista. Ele era proprietário de uma farmácia (ALMANAK LAEMMERT, 1910, p. 839). Em 1905, havia quinze anos que Batista não desempenhava um cargo público. Em 1890, ele participou da gestão da cidade de Ponta Grossa na qualidade de membro da Intendência Municipal (A REPÚBLICA, 26 jan. 1890, p. 2). Outro membro fundador do PMPG era Carlos Osternack. No início dos anos 1900, ele ainda não havia exercido mandatos. Nesse contexto, Osternack atuava apenas como comerciante varejista (A REPÚBLICA, 1 mar. 1901, p. 1).

A análise de informações acerca da origem da atividade política dos fundadores do PMPG evidencia que, desde os anos 1900, não era incomum



que os partidos municipais do Paraná fossem compostos por duas categorias de correligionários. Uma categoria era formada por indivíduos que possuíam pouca experiência vida político-administrativa. Eles não cultivaram sólidas ligações com os partidos estaduais.

A outra categoria era constituída por novatos. Conforme demonstrado no curso deste artigo, a maior parte dos integrantes desse grupo não obteve relevantes oportunidades de atuação no jogo eleitoral após a dissolução dos partidos municipais. Ou seja, a época do funcionamento dessas agremiações foi o principal momento do percurso político de uma parte de seus integrantes.

Compete, pois, sustentar a quarta afirmação desta seção. Trata-se de salientar que o PMPG jamais participou de uma eleição. A existência desse partido não ultrapassou a etapa das articulações para a constituição de sua diretoria. No fim dos anos 1900, os seus antigos líderes iniciaram uma aproximação com a agremiação dominante. Cumpre destacar as distinções entre esses líderes quanto às oportunidades políticas que angariaram a partir da migração para o grupo situacionista.

Em 1908, Antônio Solano já pertencia ao partido governista (A REPÚBLICA, 10 nov. 1908, p. 2). Ele se acomodou na condição de um correligionário responsável por assegurar localmente os êxitos eleitorais do partido oficial. Naquele ano, com o apoio dos situacionistas, Carlos Osternack obteve o seu único mandato de vereador em Ponta Grossa (ALMANAK LAEMMERT, 1909, p. 758). Entretanto, foi pouco consistente o seu pertencimento – e o de sua parentela – ao grupo governista.¹⁰

De sua parte, Eliseu Campos foi eleito para o cargo de deputado estadual, em 1911, com o apoio dos governistas (A REPÚBLICA, 28 out. 1911, p. 1). Nesse contexto, Lázaro Vargas também foi absorvido pelo grupo situacionista. No começo dos anos 1910, Campos e Vargas atuaram juntos nas campanhas do partido dominante (A REPÚBLICA, 9 dez. 1912, p. 2). Os ex-integrantes do PMPG pertenceram ao grupo de políticos que migraram para a ordem governista no contexto em que os líderes maiores da oposição estadual também ingressaram no partido situacionista (A REPÚBLICA, 25 fev. 1908, p. 2).

O vínculo de Eliseu Campos com a agremiação majoritária jamais se desfez. No fim dos anos 1920, com o apoio dos governistas, ele exerceu o cargo de prefeito de Ponta Grossa (DIÁRIO DA TARDE, 13 abr. 1929, p. 5). Em síntese, o pertencimento àquela agremiação permitiu que Campos desenvolvesse uma carreira estável e se tornasse um chefe político municipal.

No Paraná, a retomada de iniciativas de fundação de partidos municipais



ocorreu no início dos anos 1910. Cumpre demonstrar que tais iniciativas evidenciam que os antigos chefes da oposição estadual não conseguiram controlar a atividade política dos adversários do governismo residentes em pequenas cidades.

O desaparecimento das agremiações estaduais e a implantação de partidos municipais: o contexto político paranaense do início dos anos 1910

O estudo sobre os processos de constituição e ocaso dos partidos municipais do Paraná, nos anos 1910, demanda o conhecimento das mudanças ocorridas na cena política estadual no início dessa década. A esse respeito, cumpre fundamentar três constatações. Primeiro, cabe destacar que no período em tela o grupo governista vivenciou um expressivo fortalecimento. O crescimento de sua força política derivou da absorção dos próceres da agremiação oposicionista.

Essa absorção ocorreu no ano de 1908. Um dos seus principais efeitos consistiu na extinção do PR. Generoso Marques, que presidira essa grei, se vinculou à ordem governista. Por consequência, esse político veterano foi integrado ao núcleo dirigente do partido da situação (A REPÚBLICA, 10 jul. 1908, p. 1). A agremiação majoritária, que passara a ser denominada Coligação Republicana, conseguiu incorporar aos seus quadros tanto lideranças políticas municipais quanto expoentes da oposição estadual.

Segundo, convém mencionar que a falta de um partido estadual de oposição não significou a ausência da participação dos adversários dos governistas em eleições municipais. Nas pequenas jurisdições, a abstenção dos pleitos eleitorais não uma era prática adotada com frequência pelos adversários da situação.

Anteriormente às eleições municipais de 1912, já existiam oposicionistas residentes no interior que estavam politicamente organizados (A REPÚBLICA, 23 jun. 1908, p. 1). Eles eram pouco competitivos do ponto de vista eleitoral. Contudo, conseguiram formar um grupo cativo de correligionários. Situadas nas proximidades da capital paranaense, as localidades de Campo Largo e Tamandaré pertenceram ao rol das pequenas cidades nas quais os oposicionistas não se eximiram de apresentar candidaturas.¹¹

Terceiro, compete destacar que no fim dos anos 1900 houve oposicionistas que permaneceram guiados pelo propósito de manter uma agremiação em atividade. Nesse contexto, os adversários do governismo reativaram o antigo PRF (DIÁRIO DA TARDE, 14 nov. 1909, p. 2). Porém, esse partido não obteve



numerosas adesões. Ele não conseguiu ocupar o espaço do extinto PR. O PRF foi dissolvido em maio de 1909, seis meses após sua reorganização (DIÁRIO DA TARDE, 31 mai. 1909, p. 1). Portanto, no começo dos anos 1910 não existia um partido de oposição no Paraná.

Nessa época, havia lideranças políticas de distintas regiões do estado que conservaram uma aliança. As suas dificuldades para se envolver nas disputas eleitorais foram evidenciadas em 1911, ano em que ocorreu um pleito para cargos dos poderes Executivo e Legislativo. Nesse contexto, a oposição não possuía apoios suficientes para formar chapas. Por consequência, ocorreu um fato inédito na história eleitoral do estado. Os próceres da oposição apoiaram o postulante governista à Presidência do Paraná, o militar Carlos Cavalcanti de Albuquerque (1864-1935). Por outro lado, esses próceres pediram aos seus correligionários que não votassem nos candidatos situacionistas a 1º e 2º vice-presidentes do estado. Eles também orientaram os seus correligionários a não apoiar os postulantes governistas ao Congresso Estadual Legislativo (DIÁRIO DA TARDE, 29 ago. 1911, p. 2).

O Quadro 1 apresenta a relação dos oposicionistas que endossaram o nome de Carlos Cavalcanti. A atenção a informações sobre os primórdios da atividade política de tais indivíduos permite reconhecer analogias quanto à natureza da atividade partidária que desenvolveram no limiar da Primeira República.

Quadro 1 - Origens da atuação política e profissional de líderes da oposição paranaense em 1911

Nome	Profissão	Município de residência	Região do Estado do Paraná	Posição no quadro partidário estadual (anterior a 1911)	Total de nomeações para cargos públicos (anteriores 1911)	Total de mandatos eletivos (anteriores a 1911)
Eleutério Moreira de Freitas	Negociante	Bocaiúva	Leste	Situação/Oposição	1	0
Ernesto Guimarães Vilela	Negociante	Ponta Grossa	Centro-leste	Situação	0	3
João Cândido Ferreira	Médico	Curitiba	Leste	Situação	0	5
Jorge Hermano Meyer	Médico	Curitiba	Leste	Situação	2	3



Lufrido José da Costa	Negociante	Curitiba	Leste	Situação/Oposição	3	2
Manuel Correia de Freitas	Jornalista	Curitiba	Leste	Situação/Oposição	1	3
Manuel Vieira Barreto de Alencar	Advogado	Curitiba	Leste	Situação	1	0
Otoni Ferreira Maciel	Agropecuário	Palmeira	Centro-leste	Situação/Oposição	2	4
Randolfo Pereira de Serzedelo	Médico	Curitiba	Leste	Situação/Oposição	4	1

Fonte: A República (PR); Dezenove de Dezembro (PR); Diário da Tarde (PR); Gazeta Paranaense (PR).

As informações expostas nesse Quadro possibilitam a sustentação de três afirmações. Primeiro, cumpre destacar que a maior parte dos remanescentes da oposição estadual estava concentrada na cidade de Curitiba. No rol de expoentes da oposição estadual, portanto, não havia representantes de diferentes regiões do estado. Tais informações denotam as dificuldades de os representantes do grupo minoritário recrutarem membros de elites locais que haviam se desvinculado da agremiação dominante. A principal liderança política do interior que se aproximou dos oposicionistas radicados na capital era o negociante Ernesto Guimarães Vilela, ex-prefeito de Ponta Grossa.

Segundo, cumpre reconhecer que, no conjunto dos chefes políticos arrolados no Quadro 2, não havia indivíduos cujas carreiras foram marcadas pela presença permanente no campo da oposição estadual. Ao contrário, todas essas lideranças tiveram passagens pelo situacionismo. Elas mantiveram ligações inconstantes com os políticos governistas e oposicionistas. Verifica-se, pois, um aspecto inerente aos percursos da maior parte dos oposicionistas mencionados em tal Quadro. Esse aspecto consiste no fato de que esses indivíduos tiveram a experiência de ser cooptados pelo grupo governista.

Por outro lado, as oportunidades políticas obtidas pelos egressos do situacionismo não eram equivalentes. Em 1890, por exemplo, Eleutério Moreira foi nomeado pelo Governo Estadual para integrar a Intendência Municipal de Bocaiúva (A REPÚBLICA, 17 abr. 1890, p. 1). Posteriormente, ele não ocupou

Sandro Aramis Richter Gomes
Elites locais, partidos municipais e lideranças
oposicionistas na Primeira República: o caso do
Estado do Paraná (1905-1915)



outros cargos públicos. João Cândido Ferreira (1864-1948), por sua vez, conseguiu se eleger deputado federal e presidente do Paraná nos anos 1900 em virtude de sua ligação com o PRF (GOULART, 2014).

As lideranças mencionadas no Quadro 2 se diferenciavam virtude da maior ou menor projeção política que obtiveram durante o seu pertencimento ao situacionismo. Esse grupo era composto por políticos que, ao tempo de sua passagem pelo partido dominante, eram hierarquicamente desiguais. De todo modo, foi breve a aliança cultivada entre eles. A campanha eleitoral de 1911 foi o único momento em que tais indivíduos se manifestaram conjuntamente sobre assuntos eleitorais. Esse fato evidencia o caráter pouco estável do rol de lideranças da oposição paranaense no mencionado contexto.

Terceiro, cabe destacar que a Campanha Civilista impediu o completo esfacelamento da oposição paranaense no contexto dos anos 1909 e 1910. Os oposicionistas se mantiveram ativos na cena política estadual ao promover localmente a candidatura do senador baiano Rui Barbosa (1849-1923) à Presidência da República. No Paraná, essa candidatura contou com o apoio de oposicionistas históricos, bem como de uma parte dos situacionistas (CARNEIRO, 1965). Uma parcela dos indivíduos mencionados no Quadro 1 participou da coordenação regional da Campanha Civilista. Esses participantes eram Manuel Correia de Freitas (1851-1932), Ottoni Maciel (1870-1944) e Randolfo Serzedelo (1862-1919) (DIÁRIO DA TARDE, 26 jan. 1910, p. 1).

Em última instância, o pleito para o Governo do Paraná ocorrido em 1911 demonstrou que os oposicionistas históricos não possuíam a força eleitoral necessária para montar chapas e angariar relevantes adesões no interior do estado. Nesse cenário, houve condições para a emergência política das elites locais. Essa emergência foi evidenciada no aparecimento de partidos municipais em 1912.

Nos anos 1910, a fundação de partidos municipais foi um acontecimento inerente à vida política de diferentes estados. Em São Paulo, por exemplo, foram criadas diversas agremiações locais. No final dessa década, havia partidos municipais em cidades como Santos, no litoral, Araras e Piracicaba, situadas no planalto. O surgimento dessas agremiações permitiu que integrantes de elites locais realizassem, ainda que circunstancialmente, o combate aos candidatos do Partido Republicano Paulista em eleições para Câmaras de Vereadores



(WOODARD, 2019).

Há evidências de que a criação de partidos municipais continuou a ocorrer nos últimos anos da Primeira República. No Estado de Minas Gerais, na década de 1920, não era incomum a fundação de agremiações locais. Cabe destacar que uma aproximação entre os partidos municipais de estados como Minas Gerais e Paraná reside no fato de que não combateram os principais líderes das agremiações governistas. Em ambos os estados, os partidos municipais se opunham apenas aos chefes locais do situacionismo. Portanto, o objetivo maior dessas agremiações era promover a substituição dos dirigentes das instituições políticas municipais.¹²

No Paraná, a atuação de agremiações locais foi mais intensa nas eleições de 1912. Em fins de março desse ano, surgiu um partido em Palmas, cidade situada na região centro-sul do estado. Os correligionários dessa grei se organizaram para lançar um candidato a prefeito (A REPÚBLICA, 2 abr. 1912, p. 1). Em junho, foi instituído o Partido Independente de Curitiba (PIC), cujo objetivo era disputar vagas na Câmara de Vereadores (DIÁRIO DA TARDE, 12 jun. 1912, p. 2). Nessa época, houve a implantação do Partido Municipal de Guarapuava (PMG), o qual ambicionava controlar a Prefeitura local (DIÁRIO DA TARDE, 18 jun. 1912, p. 1).

Foram poucos os municípios em que as elites locais pertencentes ao campo da oposição se mobilizaram para criar um partido. Conforme demonstrado na seção seguinte deste artigo, nos anos 1910 os oposicionistas do interior eram mais inclinados a lançar chapas sem o compromisso de manterem vínculo com uma agremiação.

No Paraná, a fundação de partidos municipais não derivou de uma longa articulação política entre os seus líderes. Em geral, essas agremiações funcionaram como comitês eleitorais que apoiaram candidatos a prefeito e vereador na capital e em cidades do interior. Nesse âmbito, é factível considerar que a criação de partidos municipais foi concebida por membros de elites locais interessados em recuperar o seu controle sobre instituições políticas. Tal criação representou uma tentativa de essas elites se conservarem em posições centrais no ordenamento administrativo da capital e de cidades do interior.

Em grande medida, essas elites não endossaram os projetos de criação de partidos regionais e nacionais destinados a rivalizar com as agremiações estaduais que pertenciam ao campo situacionista. Nos anos 1910, no Paraná, foram implantados diretórios de duas agremiações nacionais: o Partido Republicano Conservador (PRC) e o Partido Republicano Liberal (PRL). Fundado



em 1910, o PRC era liderado pelo senador José Gomes Pinheiro Machado (1851-1915), do Rio Grande do Sul. A morte desse político provocou a desagregação entre os chefes regionais do PRC (ABREU, 2015). Esse partido se extinguiu em 1930. Na época de sua dissolução, ele tinha pouca relevância no jogo político dos estados (DEVINCENZI, 2018).

De sua parte, o PRL surgiu em 1913. O principal objetivo dessa grei era apoiar a candidatura de Rui Barbosa no pleito presidencial de 1914. Entretanto, essa candidatura não se concretizou. Por conseguinte, a agremiação se dissolveu em meados daquela década (CHACON, 1998; LYNCH, 2014).

No Paraná, ambos os partidos conseguiram adesões. Porém, eles não se tornaram eleitoralmente competitivos. A atividade política do PRC paranaense foi circunscrita aos anos de 1915 a 1918. O PRL local, por sua vez, se dissolveu em 1915 (GLASSER, 1955). A existência do PRC e do PRL no Paraná foi contemporânea ao aparecimento de agremiações municipais. Tal fato denota as dificuldades de esses partidos nacionais terem uma capilaridade no interior do estado.

Foram raros os diretórios de partidos nacionais implantados em municípios do Paraná. Em 1913, na cidade de Palmeira, localidade vizinha a Ponta Grossa, o Partido Republicano Conservador conseguiu recrutar correligionários (A REPÚBLICA, 11 dez. 1913, p. 1). Portanto, antes da formação do diretório paranaense do PRC houve correligionários dessa agremiação que fizeram tentativas para estruturá-la em pequenos municípios. Contudo, o PRC não ameaçou o domínio eleitoral do Partido Republicano Paranaense. No começo dos anos 1910, os seus filiados apoiavam os candidatos apresentados pelo partido situacionista em pleitos para cargos como o de deputado estadual (A REPÚBLICA, 10 out. 1913, p. 1). Desse modo, os primeiros movimentos do PRC na cena política paranaense foram marcados pela aproximação com a agremiação dominante.

Em síntese, nessa época as elites locais não alinhadas ao partido governista do Paraná adotavam dois comportamentos no jogo eleitoral. Um comportamento consistia em se movimentar nesse jogo sem manter vínculo com um partido. Outro comportamento era criar agremiações locais que logo se dissolviam.

Os partidos municipais de Curitiba e Guarapuava foram aqueles cujas atividades tiveram maior destaque na imprensa regional. Convém analisar a composição dos núcleos dirigentes de tais agremiações. Para o conhecimento da organização interna do PIC, atente-se às informações inseridas no Quadro 2.



Quadro 2 - Origem da atuação política e profissional dos fundadores do Partido Independente de Curitiba

Nome	Profissão	Posição no quadro partidário estadual (anterior a 1912)	Total de nomeações para cargos públicos (anteriores a 1912)	Total de mandatos eletivos (anteriores a 1912)
Alberico Figueira	Ferrovário	-	0	0
Domingos Duarte Velloso	Negociante	Oposição	0	0
Jaime Balão	Jornalista	Situação	2	0
João Viana Seiler	Negociante	Oposição	0	0
José Rodrigues Vieira	Negociante	Oposição	0	0
Lúcio Leocádio Pereira	Jornalista	-	0	0
Nicolau Mader	Industrial	Oposição	0	1
Reinaldo Machado	Médico	Situação	0	2

Fonte: A República (PR); Dezenove de Dezembro (PR); Diário da Tarde (PR); Gazeta Paranaense (PR).

As informações presentes nesse Quadro possibilitam a sustentação de duas afirmações. Primeiro, trata-se de salientar que a formação do PIC significou a coligação entre veteranos e novatos da vida política. Em boa medida, esses veteranos eram egressos da agremiação dominante, que nessa época assumira a denominação de Partido Republicano Paranaense (PRP). O principal efeito da presença desses egressos na grei situacionista consistiu no exercício ocasional de mandatos e cargos comissionados. Os primórdios das trajetórias políticas desses indivíduos não foram caracterizados pela conquista de sólidas posições no quadro partidário e na administração pública.

Convém salientar que Reinaldo Machado (1868-1918) conquistou mandatos de deputado estadual em 1899 e 1901 (A REPÚBLICA, 30 ago. 1901, p. 1). Entretanto, sua projeção política foi pouco duradoura. Quando o PIC foi fundado, havia uma década que Machado estava afastado do jogo eleitoral. Jaime Balão (1869-1930), por seu turno, foi um ocupante de funções comissionadas durante os anos 1890. No âmbito do ordenamento administrativo do Governo

Sandro Aramis Richter Gomes
Elites locais, partidos municipais e lideranças
oposicionistas na Primeira República: o caso do
Estado do Paraná (1905-1915)



do Paraná, essas funções eram politicamente pouco relevantes.¹³

Cumpra, pois, fundamentar a segunda afirmação acerca da organização interna do PIC. O Quadro 2 evidencia que a criação dessa grei representou uma oportunidade para que novatos emergissem no jogo eleitoral da capital do estado. A participação na Campanha Civilista foi o marco inicial da atividade política dos indivíduos que aparecem em tal Quadro na categoria de *oposicionistas*. Essa participação lhes permitiu organizar comitês eleitorais e realizar a propaganda de um candidato (DIÁRIO DA TARDE, 21 fev. 1910, p. 2).

Dessa maneira, a fundação do PIC derivou da aliança entre ex-integrantes do governismo e novatos da cena partidária. Após a extinção desse partido, somente os veteranos obtiveram posições significativas no quadro político estadual. Diante das dificuldades para combaterem permanentemente os situacionistas, o destino de uma parte dos membros fundadores dessa grei consistiu em abandonar o campo oposicionista e regressar ao PRP.

Compete, por consequência, desenvolver uma análise a respeito da composição do grupo dirigente do PMG. Para tanto, cumpre dedicar atenção às informações expostas no Quadro 3.

Quadro 3 - Atuação política e profissional dos membros do diretório do Partido Municipal de Guarapuava (1912)

Nome	Profissão	Posição no quadro partidário estadual (anterior a 1912)	Total de cargos públicos (anteriores 1912)	Posição no quadro partidário estadual (posterior a 1912)	Total de cargos públicos (posteriores 1911)
Antônio Honorato de Siqueira	Agropecuária	-	0	-	0
Bernardino Roseira de Lacerda	Agropecuária	-	0	-	-
Domingos Zacarias	-	-	0	-	0
Ernesto Frederico de Queiroz	Agropecuária	Situação	1	Oposição	0
Higino Honorato de Bittencourt	Agropecuária	-	0	-	0
Joaquim Cardoso Teixeira	Escrevente de tabelionato	-	0	-	0



Manuel Pereira dos Santos Martins	Agropecuarista	Situação	1	Oposição	0
Pedro Lustosa de Siqueira	Agropecuarista	Situação	5	Oposição	0
Virgílio da Cruz Bastos	Negociante	-	-	-	0

Fonte: A República (PR); Dezenove de Dezembro (PR); Diário da Tarde (PR); Gazeta Paranaense (PR).

Concernente à composição e aos objetivos do PMG, cumpre enfatizar duas informações. Primeiro, trata-se de assinalar que essa agremiação se reconhecia como apoiadora do presidente do estado, o citado Carlos Cavalcanti de Albuquerque. No comunicado emitido à imprensa para divulgar o novo partido, os chefes do PMG afirmaram que esse mandatário realizava um governo “patriótico, laborioso e honesto” (DIÁRIO DA TARDE, 18 jun. 1912, p. 1).

Havia uma semelhança entre o PMG e o PMPG. Sete anos após a extinção do partido que funcionou em Ponta Grossa, ainda existiam membros de elites locais que se dispunham a criar agremiações para enfrentar os governistas em eleições municipais. Contudo, tais elites não contestaram a autoridade do presidente do estado. Havia lideranças municipais que tentaram conciliar o combate local aos situacionistas com o apoio ao grupo político que controlava o Governo do Paraná.

Outra semelhança entre essas agremiações reside no fato de que foram constituídas por indivíduos que tiveram passagens tanto pela ordem governista quanto pelo campo da situação. O PMG também contou com a participação de indivíduos que estavam afastados da vida política (DIÁRIO DA TARDE, 18 jun. 1912, p. 1). Ou seja, a criação dessa grei foi efetuada por indivíduos cuja atividade política era muito baixa no contexto dos anos 1910.

Segundo, convém destacar os aspectos da composição do núcleo dirigente da grei. O Quadro 2 evidencia que, ao tempo de sua fundação, o diretório do PMG não possuía uma precisa divisão de tarefas entre os seus correligionários. Nessa grei, a formação de uma Mesa Executiva dotada de específicas funções ocorreu apenas em 1914 (JORNAL DO BRASIL, 18 jun. 1914, p. 10).

Por outro lado, verifica-se que a maior parte dos primeiros dirigentes do PMG exercia idêntica atividade profissional. A criação desse partido foi uma iniciativa de agropecuaristas que não desenvolveram uma longa carreira

Sandro Aramis Richter Gomes
Elites locais, partidos municipais e lideranças
oposicionistas na Primeira República: o caso do
Estado do Paraná (1905-1915)



política. Os dirigentes dessa grei que ocuparam cargos eletivos anteriormente ao ano de 1912 tiveram passagens eventuais por esferas da administração pública.

A esse respeito, cabe destacar o caso de Pedro Lustosa de Siqueira (1838-1915). Ao tempo do Império, ele pertenceu ao Partido Liberal. Lustosa integrou o rol de líderes dessa agremiação em Guarapuava (GAZETA PARANAENSE, 26 jan. 1884, p. 4). Nessa época, tal localidade já constava como o principal município do centro-sul do Paraná (CARDOSO e WESTPHALEN, 1986).

A posição de Lustosa como líder regional de uma agremiação monárquica é evidenciada no fato de que, em 1886, ele conquistou um mandato de deputado provincial (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 26 fev. 1886, p. 1). Em 1890, vinculado ao novo grupo governista, Lustosa foi nomeado vice-presidente da Intendência de Guarapuava. Os componentes desse órgão tinham a função de governar o município (A REPÚBLICA, 26 jan. 1890, p. 2). De 1892 a 1894, por fim, ele exerceu o posto de prefeito dessa cidade (SILVA, 2008). Portanto, Lustosa alcançou posição relevante no quadro administrativo de Guarapuava. Todavia, no contexto da fundação do PMG ele não continuava integrado à elite dirigente dessa localidade. Quando tal partido foi criado, Lustosa não desempenhava cargos públicos havia vinte anos.

Higino Bittencourt era outro integrante do PMG que estava ativo na vida política desde a época do Segundo Reinado. Ele nascera em 1850 (ZATTI, 2011). Em 1880, não teve sucesso em sua candidatura para vereador de Guarapuava (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 24 jul. 1880, p. 3). Na época em que aquela agremiação foi implantada, havia décadas que alguns de seus dirigentes participavam de campanhas eleitorais.¹⁴

Os chefes do PMG não possuíam uma significativa base de apoiadores ao tempo das eleições municipais de 1912. Convém demonstrar que a criação desse partido foi uma iniciativa de indivíduos cuja influência política se esgotou no começo do regime republicano.

O resultado do pleito municipal de 1912: os limites da força política da oposição paranaense

Realizado no dia 20 de junho de tal ano, o pleito para os cargos de prefeito, vereador e juiz distrital das cidades do Paraná evidenciou a permanência de uma situação iniciada em fins dos anos 1900. Essa situação consistia no fato de que os oposicionistas radicados no interior do estado não tinham o objetivo de



combater o domínio que o PRP exercia no âmbito estadual.

Em 1912, o lançamento de candidaturas oposicionistas não promoveu a conexão entre adversários do governismo que residiam em diferentes regiões do estado. Em boa medida, os postulantes da oposição eram ex-integrantes do partido oficial (A REPÚBLICA, 21 jun. 1912, p. 1). Atente-se, portanto, ao desempenho das chapas dos candidatos da situação e da oposição em municípios de distintas regiões do Paraná.

Tabela 1 - Resultado das eleições municipais no Estado do Paraná (1912)

Município	Região do Estado do Paraná	Votação da chapa situacionista (em números absolutos)	% de votos da chapa governista	Votação da chapa oposicionista (em números absolutos)	% de votos da chapa oposicionista
Antonina	Leste	281	46,6	322	53,4
Araucária	Leste	234	100	0	0
Campina Grande	Leste	307	100	0	0
Campo Largo	Leste	310	65,6	162	34,4
Clevelândia	Sudoeste	153	100	0	0
Colombo	Leste	298	100	0	0
Guarapuava	Centro-Sul	669	61,8	414	38,2
Irati	Sudeste	205	55,1	167	44,9
Jaguariaíva	Centro-Leste	212	100	0	0
Lapa	Sudeste	730	100	0	0
Palmas	Centro-Sul	476	65,2	253	34,8
Palmeira	Centro-Leste	468	100	0	0
Palmira	Sudeste	94	87	14	13
Paranaguá	Leste	2.651	72,7	991	27,3
Piraí	Centro-Leste	144	100	0	0
Porto União	Sul	304	87,1	45	12,9

Sandro Aramis Richter Gomes
Elites locais, partidos municipais e lideranças
oposicionistas na Primeira República: o caso do
Estado do Paraná (1905-1915)



Rio Branco	Leste	282	100	0	0
São José dos Pinhais	Leste	906	78,1	253	21,9
São Mateus	Sudeste	261	78,4	72	21,6
Tamandaré	Leste	343	66,8	170	33,2
Tomazina	Norte	378	99,7	1	0,3
Triunfo	Sudeste	183	100	0	0

Fonte: A República (edições de 21, 24 e 28 de junho de 1912).

As informações presentes nessa Tabela permitem salientar que nas eleições de 1912 não houve o lançamento de candidaturas oposicionistas em dez municípios paranaenses. Constata-se, assim, que existiam pequenas cidades nas quais integrantes de elites locais que não possuíam uma coesão suficiente para recrutar correligionários, formar chapas e constituir um grupo de apoiadores.

Os dados contidos nessa Tabela evidenciam que os candidatos sustentados pelos partidos municipais de Palmas e Guarapuava não tiveram um desempenho muito superior àquele alcançado pelos postulantes independentes. Nessa ocasião, foi na cidade de Antonina que se verificou a competição mais acirrada entre as chapas. Esses adversários, contudo, eram oriundos do grupo governista (A REPÚBLICA, 21 jun. 1912, p. 1).

Em cidades como Paranaguá, os membros da chapa oficial não encontraram dificuldades para suplantar os seus adversários. Todavia, as informações da Tabela 1 evidenciam que a votação angariada nesse município pelo grupo minoritário não foi irrisória. Esse grupo era constituído por egressos do governismo e políticos novatos.¹⁵ Eles foram os personagens que possibilitaram a existência de competição eleitoral em um contexto marcado pela ausência de um partido estadual de oposição. No referido município, os oposicionistas atingiram a coesão necessária para formar chapas completas para os cargos de vereador e juiz distrital. Por outro lado, eles não sustentaram uma candidatura ao posto de prefeito (DIÁRIO DA TARDE, 22 jun. 1912, p. 1).

Cumpra também salientar que a falta de unidade dos oposicionistas em torno da construção de uma chapa não era um acontecimento incomum. As divergências entre os rivais do PRP foram inerentes à eleição municipal de

Sandro Aramis Richter Gomes
Elites locais, partidos municipais e lideranças
oposicionistas na Primeira República: o caso do
Estado do Paraná (1905-1915)



Curitiba. Nessa ocasião, a agremiação governista apresentou chapa incompleta na disputa pelas doze vagas de vereador. Dessa forma, quatro das doze cadeiras do Legislativo Municipal foram destinadas aos representantes da oposição (A REPÚBLICA, 19 jun. 1912, p. 1).

A concessão de um terço das vagas à minoria estimulou a atividade eleitoral dos contendores do situacionismo. Essa concessão provocou a formação de dois grupos de adversários locais do PRP. Um grupo era constituído pelos membros do PIC. O outro grupo era composto por postulantes avulsos. Para o conhecimento do resultado desse pleito, convém analisar as informações da Tabela 2.

Tabela 2 - Votação partidária na eleição dos vereadores de Curitiba (1912)

Nome do partido	Total de candidatos apresentados	Total de eleitos	Votação do partido (em números absolutos)	% de votos do partido
Partido Republicano Paranaense	8	8	7.440	74,9
Partido Independente	8	4	1.334	13,4
Avulsos	8	0	1.164	11,7

Fonte: Diário da Tarde (22 de jun. de 1912, p. 3).

As informações expostas nessa Tabela evidenciam que a criação de um partido de oposição não propiciava, em todas as ocasiões, maior unidade entre os adversários dos situacionistas. O aparecimento de oito candidaturas avulsas é um indício de que o PIC não teve êxito em angariar o apoio dos opositoristas habituados a atuar na vida partidária sem manter vínculo com uma agremiação. De fato, a organização desse partido ocorreu às vésperas do pleito municipal. A participação dessa grei em uma eleição não foi precedida por um longo processo de recrutamento de correligionários.

De outra parte, nota-se que o PIC não teve um desempenho eleitoral muito superior àquele conquistado pelos candidatos avulsos. Tal agremiação conseguiu votos suficientes para amealhar as quatro vagas do terço destinadas à oposição. Essas vagas foram conquistadas por Domingos Veloso, Jaime Balão, Nicolau Mader e Reinaldo Machado (DIÁRIO DA TARDE, 21 jun. 1912, p. 2).

A votação do PIC evidenciou, na esfera local, uma situação verificada de 1909 a 1913 em eleições para deputado estadual e deputado federal do Paraná. Essa situação reside no fato de que os candidatos ligados a partidos de

Sandro Aramis Richter Gomes
Elites locais, partidos municipais e lideranças
oposicionistas na Primeira República: o caso do
Estado do Paraná (1905-1915)



oposição obtiveram uma votação mais significativa do que a alcançada pelos postulantes independentes. A despeito de sua incipiente estruturação, esses partidos conquistaram mais apoios do que os candidatos avulsos.¹⁶

Conforme destacado, o fim da concessão das vagas à minoria pelos governistas paranaenses ocorreu em 1915. Assim, os oposicionistas perderam a oportunidade de exercer mandatos nas esferas do Poder Legislativo. Nesse âmbito, cumpre evidenciar a convergência dos destinos políticos dos fundadores dos partidos municipais criados em 1912.

Vinculação à ordem governista e experiências malogradas de criação de partidos estaduais: os destinos de lideranças da oposição paranaense

Na presente seção realiza-se o estudo do desfecho das carreiras políticas de dois grupos de oposicionistas do Paraná. Um grupo era constituído por veteranos que perderam espaço na cena partidária regional em fins dos anos 1900. O outro grupo era formado pelos dirigentes de partidos municipais. Para a execução da análise dos destinos políticos dos integrantes do primeiro grupo, cumpre dedicar atenção às informações do Quadro 4.

Quadro 4 - Desfecho da atuação política e profissional de líderes da oposição paranaense em 1911

Nome	Profissão	Município de residência	Região do Estado do Paraná	Posição no quadro partidário estadual (posterior a 1911)	Total de nomeações para cargos públicos (posteriores 1911)	Total de mandatos eletivos (posteriores a 1911)
Eleutério Moreira de Freitas	Negociante	Bocaiúva	Leste	-	0	0
Ernesto Guimarães Vilela	Negociante	Ponta Grossa	Centro-leste	Oposição	0	0
João Cândido Ferreira	Médico	Curitiba	Leste	Oposição	0	0
Jorge Hermano Meyer	Médico	Curitiba	Leste	Oposição	0	0
Lufrido José da Costa	Negociante	Ponta Grossa	Centro - Leste	-	0	0

Sandro Aramis Richter Gomes
Elites locais, partidos municipais e lideranças
oposicionistas na Primeira República: o caso do
Estado do Paraná (1905-1915)



Manuel Correia de Freitas	Jornalista	Curitiba	Leste	Oposição	0	1
Manuel Vieira Barreto de Alencar	Advogado	Curitiba	Leste	Oposição	0	0
Otoni Ferreira Maciel	Agropecuário	Palmeira	Centro-leste	Situação/Oposição	1	2
Randolfo Pereira de Serzedelo	Médico	Curitiba	Leste	Oposição	0	0

Fonte: A República (PR); Diário da Tarde (PR); o Dia (PR).

As informações contidas nesse Quadro permitem sustentar duas constatações. Primeiro, verifica-se que a maior parte dos antigos chefes políticos permaneceu integrada ao campo da oposição. Tal permanência lhes tornou eleitoralmente pouco competitivos. Eles conquistaram poucos mandatos ao tempo em que combateram a agremiação governista. De todo modo, uma parcela desses indivíduos se envolveu em novas tentativas de criação de partidos de oposição.

A esse respeito, convém ressaltar que Manuel Correia de Freitas foi membro fundador do diretório paranaense de uma agremiação nacional, o Partido Republicano Liberal. Essa grei reuniu remanescentes da Campanha Civilista. Conforme ressaltado, no Paraná as atividades dessa agremiação se estenderam de 1913 a 1915. Os desacordos entre os líderes estaduais da grei ocasionaram a extinção do diretório regional do PRL. Por consequência, uma parcela de seus membros se transferiu para o partido situacionista (DIÁRIO DA TARDE, 12 fev. 1915, p. 2-3).

Cumpram também mencionar que, em meados dos anos 1910, Randolfo Serzedelo pertenceu ao diretório paranaense do Partido Republicano Conservador. Conforme destacado, a unidade regional dessa grei foi desativada em 1918. Os embates entre suas principais lideranças motivaram o encerramento das atividades do diretório estadual (DIÁRIO DA TARDE, 1 fev. 1918, p. 1). Em 1919, por fim, Ernesto Guimarães Vilela foi um dos candidatos do Partido Autonomista (1919-1921) ao Congresso do Paraná. Ele não conseguiu se eleger (A REPÚBLICA, 21 nov. 1919, p. 1).

De sua parte, Otoni Ferreira Maciel manteve ligações pouco sólidas com os oposicionistas e governistas do Paraná no contexto dos anos 1910. Em meados dessa década, ele retornou ao partido situacionista. Esse retorno lhe

Sandro Aramis Richter Gomes
Elites locais, partidos municipais e lideranças
oposicionistas na Primeira República: o caso do
Estado do Paraná (1905-1915)



permitiu obter um mandato de deputado estadual em 1913 (A REPÚBLICA, 10 out. 1913, p. 1) e um mandato de deputado federal em 1918 (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1918, v. 1, p. 85-86).

No entanto, Maciel abriu uma dissidência no PRP em 1919 e regressou à oposição (MACIEL, 1925). Esse regresso não ocasionou a reconquista imediata da sua condição de líder oposicionista. Maciel voltou a participar de maneira ostensiva da vida política no contexto da campanha presidencial ocorrida de 1929 a 1930. Nessa época, ele pertenceu à Aliança Liberal, agremiação que sustentou a candidatura de Getúlio Vargas à Presidência da República (O DIA, 4 jan. 1930, p. 1).

Em resumo, no curso dos anos 1910 os indivíduos arrolados no Quadro 4 estiveram politicamente apartados. Foi pouco consistente a aliança eleitoral que cultivaram no início da década. Por outro lado, nota-se que uma semelhança entre eles reside no fato de que desenvolveram uma atividade política intermitente. Esses antigos aliados não permaneceram por longo tempo como personagens centrais do campo da oposição paranaense.

Essas informações evidenciam que, no contexto dos anos 1910, foram malsucedidas as tentativas de união entre os oposicionistas paranaenses. Nessa época, uma parte dos fundadores do PIC não demorou a migrar para o partido governista. Atente-se, pois, às informações expostas no Quadro 5.

Quadro 5 - Desfecho da atuação política e profissional dos fundadores do Partido Independente de Curitiba

Nome	Profissão	Posição no quadro partidário estadual (posterior a 1912)	Total de nomeações para cargos públicos (posteriores a 1912)	Total de mandatos eletivos (posteriores a 1912)
Alberico Figueira	Ferrovário	-	0	0
Domingos Duarte Velloso	Negociante	Situação	0	2
Jaime Balão	Jornalista	Situação	0	5
João Viana Seiler	Negociante	Oposição	0	0
José Rodrigues Vieira	Negociante	-	0	0
Lúcio Leocádio Pereira	Jornalista	-	0	0
Nicolau Mader	Industrial	Situação	0	6
Reinaldo Machado	Médico	Oposição	0	2

Fonte: A República (PR); Diário da Tarde (PR); o Dia (PR).



O principal benefício decorrente da transferência de alguns dos integrantes do PIC para o PRP consistiu na conquista de mandatos em instituições locais. Em 1916, após ter pertencido aos quadros do PRL, Domingos Duarte se elegeu juiz distrital de Curitiba com o apoio dos situacionistas (A REPÚBLICA, 24 jun. 1916, p. 2). No ano seguinte, Jaime Balão e Nicolau Mader foram eleitos deputados estaduais pelo PRP (A REPÚBLICA, 29 out. 1917, p. 1).

João Viana e Reinaldo Machado foram os únicos fundadores do PIC que permaneceram envolvidos com partidos de oposição. Machado foi dirigente do PRL paranaense, agremiação pela qual se elegeu deputado estadual em 1913 (A REPÚBLICA, 18 dez. 1913, p. 2). Viana participou da fundação do Partido Autonomista, em 1919 (A REPÚBLICA, 3 out. 1919, p. 1). A duração dessas agremiações foi de apenas dois anos. Portanto, o encerramento das carreiras políticas de tais indivíduos ocorreu em fins dos anos 1910.

Compete analisar, por conseguinte, os destinos dos dirigentes do PMG. Conforme destacado, no ano de 1914 essa grei permanecia em atividade. Nessa ocasião, houve a implantação de uma precisa divisão de tarefas no partido. Atente-se, pois, à composição da Mesa Executiva eleita no referido ano para gerir o PMG.

Quadro 6 - Atuação política e profissional dos membros do diretório do Partido Municipal de Guarapuava (1914)

Nome	Função no diretório	Profissão	Posição no quadro partidário estadual (anterior a 1914)	Total de cargos públicos (anteriores 1914)	Posição no quadro partidário estadual (posterior a 1914)	Total de cargos públicos (posteriores a 1914)
Pedro Lustosa de Siqueira	Presidente	Agropecuária	Situação/Oposição	5	-	0
Manuel Pereira dos Santos Martins	Vice-presidente	Agropecuária	Situação/Oposição	1	-	0
Domingos Caetano do Amaral	Tesoureiro	Agropecuária	-	0	-	0
Alfredo Silveira	Secretário	Militar	-	0	-	0
Aníbal Virmond	Vogal	Agropecuária	Situação	1	Situação	0



Ernesto Frederico de Queiroz	Vogal	Agropecuaria	-	0	-	0
Roberto da Cunha e Silva	Vogal	Advogado	Situação	1	Situação	1

Fonte: A República (PR); Diário da Tarde (PR); o Dia (PR).

Convém observar que, de 1912 a 1914, o núcleo dirigente do PMG experimentou uma renovação. Entretanto, a composição social desse núcleo se manteve homogênea. Um dos motivos dessa homogeneidade decorreu do fato de que a maior parte dos gestores da grei era constituída por agropecuaristas. Outro fator era que esses dirigentes não possuíam longo envolvimento na vida política estadual. A fundação do PMG foi uma iniciativa de indivíduos que tiveram passagens eventuais por agências da administração pública.

Havia uma diferença entre o PMG e os demais partidos municipais no que concerne à sua longevidade. Essa diferença diz respeito ao fato de que o PMG não se dissolveu após o seu candidato, Joaquim Teixeira, ter sido derrotado na disputa para o cargo de prefeito. Contrariamente às mencionadas agremiações, o PMG não se extinguiu após o pleito de 1912. Ele não funcionou como um comitê cujas atividades eram limitadas ao contexto de uma eleição. O PMG possuía um grau maior de coesão entre os seus filiados. Contudo, esse partido se desorganizou em 1915, em virtude do falecimento do presidente Pedro Lustosa (DIÁRIO DA TARDE, 17 mai. 1915, p. 3).

Por consequência, a maior parte dos gestores do PMG se afastou da cena política. O Quadro 6 demonstra que os dirigentes dessa grei que permaneceram politicamente ativos auferiram poucas oportunidades na vida político-administrativa do Paraná. O insucesso do projeto de manter o PMG em atividade foi acompanhado pela acomodação de tais indivíduos em uma condição subalterna no quadro partidário. Essa condição era a de apoiadores locais da agremiação situacionista.

Considerações finais

O presente trabalho buscou avançar na compreensão da atividade política de integrantes de elites locais que atuaram como opositoristas no contexto da Primeira República brasileira. A partir do caso do Paraná, foi evidenciado que houve membros dessas elites que tiveram a iniciativa de fundar partidos



municipais e disputar contra os governistas um espaço em instâncias locais da administração pública.

Em um sentido amplo, a análise aqui desenvolvida teve por finalidade reconhecer as diferentes formas de ação eleitoral de oposicionistas. Essa ação não era limitada aos momentos das disputas para instituições nacionais, a exemplo da Câmara dos Deputados. O estudo da vida política de pequenos municípios consiste em uma forma de identificar a participação das elites locais nos projetos de combate ao domínio político de agremiações situacionistas.

Este artigo se enquadra na vertente de abordagem voltada a investigar as características da competição eleitoral na Primeira República. Nesse âmbito, a contribuição apresentada neste trabalho residiu em demonstrar que os pequenos municípios foram espaços nos quais surgiram iniciativas destinadas a combater o domínio eleitoral de governistas. Frequentemente, essas iniciativas eram malsucedidas. No entanto, elas consistem em indícios da capacidade de articulação entre indivíduos que se distanciaram do grupo situacionista, mas preservaram um contingente de apoiadores. Assim, a investigação da ação eleitoral das elites locais evidencia diferenças regionais quanto à solidez da aliança entre oposicionistas cuja atividade política era circunscrita a cidades do interior.

Convém, pois, destacar três resultados deste artigo. Primeiro, cumpre ressaltar que o surgimento dos partidos municipais no Paraná ocorreu na época da redução da força política da agremiação estadual de oposição. Do fim dos anos 1900 ao começo dos anos 1910, os egressos da agremiação situacionista não concederam relevante apoio às iniciativas direcionadas a fortalecer a agremiação oposicionista. Nessa época, a inexistência de um partido estadual de oposição não impediu que políticos não pertencentes ao campo situacionista participassem de disputas eleitorais. Desse modo, a fundação de partidos municipais e o lançamento de candidaturas independentes eram as principais formas de combate à agremiação dominante.

Segundo, demonstrou-se que os partidos municipais não combateram os políticos que comandaram o Governo do Paraná. O propósito dos dirigentes dessas agremiações era apenas rivalizar com as lideranças locais do situacionismo. Esses dirigentes não advogaram mudanças profundas no quadro político regional. Portanto, um partido municipal representava a união entre políticos veteranos e novatos que não tiveram espaço nos projetos eleitorais conduzidos pelos chefes da agremiação majoritária. Todavia, os partidos locais tiveram curta duração. Eles não atingiram a coesão necessária para participar



de sucessivas eleições. A profusão de candidaturas avulsas em uma cidade como Curitiba denota que o surgimento de uma agremiação municipal não elevou o grau de unidade entre os oposicionistas.

Terceiro, destaca-se que a migração para o campo governista foi inerente ao destino de uma parcela dos fundadores dos partidos municipais de Curitiba, Guarapuava e Ponta Grossa. Essa migração evidencia que foram pouco consistentes as iniciativas das lideranças locais da oposição para promover o combate ininterrupto aos situacionistas. A conquista de cargos comissionados e de mandatos em instituições legislativas foi a principal consequência dessa migração. Assim, o destino de uma fração dos dirigentes de partidos municipais foi marcado pela recuperação das posições que haviam ocupado na cena política regional no início dos anos 1900.

Referências

Documentos

- A República, Curitiba, 26 jan. 1890.
- A República, Curitiba, 17 abr. 1890.
- A República, Curitiba, 13 jul. 1893.
- A República, Curitiba, 5 fev. 1897.
- A República, Curitiba, 14 nov. 1899.
- A República, Curitiba, 31 jan. 1900.
- A República, Curitiba, 26 ago. 1900.
- A República, Curitiba, 1 mar. 1901.
- A República, Curitiba, 30 ago. 1901.
- A República, Curitiba, 17 nov. 1902.
- A República, Curitiba, 14 jan. 1903.
- A República, Curitiba, 16 fev. 1903.
- A República, Curitiba, 8 mar. 1905.
- A República, Curitiba, 25 fev. 1908.



- A República, Curitiba, 30 mar. 1908.
- A República, Curitiba, 23 jun. 1908.
- A República, Curitiba, 10 jul. 1908.
- A República, Curitiba, 10 nov. 1908.
- A República, Curitiba, 2 mar. 1909.
- A República, Curitiba, 28 out. 1911.
- A República, Curitiba, 9 dez. 1912.
- A República, Curitiba, 2 abr. 1912.
- A República, Curitiba, 19 jun. 1912.
- A República, Curitiba, 21 jun. 1912.
- A República, Curitiba, 22 jun. 1912.
- A República, Curitiba, 24 jun. 1912.
- A República, Curitiba, 26 jun. 1912.
- A República, Curitiba, 28 jun. 1912.
- A República, Curitiba, 10 out. 1913.
- A República, Curitiba, 11 dez. 1913.
- A República, Curitiba, 12 out. 1915.
- A República, Curitiba, 24 jun. 1916.
- A República, Curitiba, 29 out. 1917.
- A República, Curitiba, 3 out. 1919.
- A República, Curitiba, 21 nov. 1919.
- Almanak Laemmert, Rio de Janeiro, 1909.
- Almanak Laemmert, Rio de Janeiro, 1910.
- Anais da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, 1918, v. 1.
- Commercial, Paranaguá, 3 jul. 1886.



- Commercial, Paranaguá, 1 out. 1887.
- Dezenove de Dezembro, Curitiba, 24 jul. 1880.
- Dezenove de Dezembro, Curitiba, 26 fev. 1886.
- Diário da Tarde, Curitiba, 18 jul. 1900.
- Diário da Tarde, Curitiba, 1 mar. 1905.
- Diário da Tarde, Curitiba, 18 out. 1907.
- Diário da Tarde, Curitiba, 31 mai. 1909.
- Diário da Tarde, Curitiba, 14 nov. 1909.
- Diário da Tarde, Curitiba, 26 jan. 1910.
- Diário da Tarde, Curitiba, 21 fev. 1910.
- Diário da Tarde, Curitiba, 29 ago. 1911.
- Diário da Tarde, Curitiba, 12 jun. 1912.
- Diário da Tarde, Curitiba, 18 jun. 1912.
- Diário da Tarde, Curitiba, 21 jun. 1912.
- Diário da Tarde, Curitiba, 22 jun. 1912.
- Diário da Tarde, Curitiba, 12 fev. 1915.
- Diário da Tarde, Curitiba, 17 mai. 1915.
- Diário da Tarde, Curitiba, 1 fev. 1918.
- Diário da Tarde, Curitiba, 13 abr. 1929.
- Gazeta Paranaense, Curitiba, 26 jan. 1884.
- Gazeta Paranaense, Curitiba, 3 abr. 1889.
- Jornal do Brasil, Curitiba, 18 jun. 1914.
- O Democrata, Curitiba, 26 ago. 1923.
- O Dia, Curitiba, 4 jan. 1930.



Bibliografia

ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2015.

ARRUDA, Larissa Rodrigues Vacari de. *Disputas oligárquicas: as práticas políticas das elites mato-grossenses (1892-1906)*. São Carlos: Ed. UFSCar, 2015.

CARDOSO, Jayme Antônio; WESTPHALEN, Cecília Maria. *Atlas histórico do Paraná*. 2. ed. Curitiba: Ed. Liv. do Chain, 1986.

CARNEIRO, Newton. *Um precursor da justiça social: David Carneiro e a economia paranaense*. Curitiba: [s. n.], 1965.

CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros*. 3. ed. Brasília: Ed. da UnB, 1998.

CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografias coletivas: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flávio (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, p. 41-54.

DEVINCENZI, Diego Spegginorin. *A crista do Chantecler: José Gomes Pinheiro Machado no jogo das mediações políticas brasileiras (1889-1915)*. 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *Em busca da Idade de Ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

FIGUEIREDO, Vítor Fonseca. *Voto e competição política na Primeira República: o caso de Minas Gerais (1889-1930)*. Curitiba: CRV, 2017.

FREITAS, Waldomiro Ferreira de. *História de Paranaguá: das origens à atualidade*. Curitiba: Vicentina, 1999.

GLASSER, Roberto. *Discursos: Congresso Legislativo do Estado (1914-1915)*. Curitiba: Papelaria Requião, 1955.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. *A dança das cadeiras: o jogo político na Assembleia Legislativa do Paraná (1889-1930)*. Jundiaí: Paco, 2014.

GRANATO, Natália Cristina. O Partido Democrático Paranaense: um estudo dos capitais familiares e sociais dos seus dirigentes. *Revista do Núcleo de Estudos*



Paranaenses, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 36-55, 2018.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MAACK, Reinhard. *Geografia física do Estado do Paraná*. 4. ed. Ponta Grossa: Ed. da UEPG, 2017.

MACIEL, Ottoni Ferreira. *Bastidores políticos*. Curitiba: [s. n.], 1925.

LYNCH, Christian Edward Cyril. *Da monarquia à oligarquia: história institucional e pensamento político brasileiro (1822-1930)*. São Paulo: Alameda, 2014.

NADALIN, Sérgio Odilon. *Paraná: ocupação do território, população e migrações*. Curitiba: Secretaria Estadual de Educação, 2001.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. *O silêncio dos vencedores: genealogia, classe dominante e Estado do Paraná (1853-1930)*. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

PILOTTO, Osvaldo. *Cem anos de imprensa no Paraná (1854-1954)*. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1976.

RIBEIRO, Paula Vanessa Paz. *“A terceira estrela da federação”*: a bancada gaúcha no contexto-político eleitoral dos anos 1920 a 1924. 2019. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

SACCOL, Tassiana Maria Parcianello. *De líderes históricos a opositores: as dissidências republicanas e o jogo político regional (Rio Grande do Sul, 1890-1907)*. 2018. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SÊGA, Rafael Augustus. *Tempos belicosos: a Revolução Federalista e a rearticulação da vida político-administrativo do estado (1889-1907)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2005.

SILVA, Walderez Pohl da. *Entre Lustosa e João do Planalto: a arte política na cidade de Guarapuava (1930-1970)*. 2008. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

STONE, Lawrence. Prosopografia. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 39, p. 115-137, 2011.

TELAROLLI, Rodolpho. *Poder local na República Velha*. São Paulo: Cia. Editora



Nacional, 1977.

WOODARD, James P. *Um lugar da política: republicanismo e regionalismo em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2019.

ZATTI, Carlos. *Campeiros do Paraná Tradicional*. Curitiba: Clube dos Autores, 2011.

ZULINI, Jaqueline Porto. *Modos do bom governo na Primeira República brasileira: o papel do Parlamento no regime de 1889-1930*. 2016. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

Notas

¹Graduado (2009), mestre (2012) e doutor (2017) em História pela Universidade Federal do Paraná. Presentemente realiza estágio de pós-doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. E-mail: argomes8@gmail.com.

²Endereço do sítio eletrônico da Hemeroteca Digital Brasileira: <memoria.bn.br>.

³Fundado em 1886 por lideranças paranaenses do movimento republicano, o jornal *A República* foi extinto em 1930. O *Diário da Tarde*, por seu turno, existiu entre os anos de 1899 e 1983. Acerca dos órgãos de imprensa criados no Paraná ao tempo da Primeira República, ver Pilotto (1976).

⁴Acerca da polarização partidária no Paraná da Primeira República, ver Goulart (2014) e Sêga (2005).

⁵Em 1897, por exemplo, o deputado federal Francisco de Almeida Torres (1848-1902) se desligou do partido governista do Paraná, pois não obteve apoio da sua agremiação para pleitear a reeleição. Por consequência, ele se apresentou como candidato independente. Todavia, foi derrotado pelos postulantes situacionistas (*A REPÚBLICA*, 5 fev. 1897, p. 2).

⁶A esse respeito, cumpre salientar que, em 1889, Alberto Veiga, Antônio Gomes e João Guimarães se tornaram acionistas do recém-fundado Banco Mercantil do Paraná (*GAZETA PARANAENSE*, 3 abr. 1889, p. 2).

⁷Em 1906, em Minas Gerais, foi criado o Partido Republicano Constitucional de Mar de Espanha (PRCME). Esse município se localiza no sudeste do referido estado. O objetivo de tal agremiação era sustentar um candidato a deputado federal pelo 2º distrito eleitoral de Minas Gerais. A derrota do candidato do PRCME motivou a dissolução da grei. Analogamente ao caso do PMPG, o PRCME não funcionou para além do seu ano de fundação (FIGUEIREDO, 2017). Conforme demonstrado no curso deste trabalho, um aspecto peculiar à história dos partidos municipais da Primeira República era a curta duração.

⁸Lázaro Vargas obteve 4.080 sufrágios e foi o trigésimo colocado nessa disputa (*A REPÚBLICA*, 31 jan. 1900, p. 1).

⁹Conforme Reinhard Maack, o território paranaense se divide em cinco unidades



geomorfológicas. Nessa divisão, encontram-se as seguintes regiões: (1) Litoral, que comporta cidades como Antonina, Guaratuba, Morretes e Paranaguá; (2) Serra do Mar, na qual se encontrava o extinto município de Porto de Cima; (3) Primeiro Planalto, no qual se localiza Curitiba; (4) Segundo Planalto, que contempla cidades como Palmeira, Ponta Grossa e Tibagi; (5) Terceiro Planalto, do qual fazem parte municípios como Guarapuava e Palmas (MAACK, 2017). Para o estudo do processo de povoamento dessas regiões, ver Nadalin (2001).

¹⁰Convém destacar que, em 1912, Rodolfo Osternack, familiar de Carlos Osternack, não conseguiu se eleger vereador de Ponta Grossa (A REPÚBLICA, 26 jun. 1912, p. 1).

¹¹Em Campo Largo, em 1908, os candidatos a vereador da oposição angariaram, ao todo, 162 votos (25,8%). Nessa ocasião, em Tamandaré, a oposição amealhou 203 sufrágios (49,5%) (A REPÚBLICA, 30 mar. 1908, p. 2).

¹²De 1923 a 1924, em Minas Gerais, funcionou o Partido Democrata Municipal de Lafaiete (PDML). Essa agremiação se apresentava como aliada do Partido Republicano Mineiro (PRM), de orientação situacionista. Os fundadores do PDML eram apoiadores do então governador Raul Soares. Todavia, os dirigentes dessa grei eram opositores dos líderes locais do PRM. No contexto da fundação do PDML, os chefes desse partido afirmaram que os políticos governistas de Lafaiete possuíam uma conduta política “autocrata e pedante” (O DEMOCRATA, 26 ago. 1923, p. 1). No entendimento dos chefes do citado partido municipal, os situacionistas daquela localidade organizavam “oligarquias e só não nos metem o chicote porque nos sabem capazes de reação digna, sem vacilações de medo” (O DEMOCRATA, 26 ago. 1923, p. 1). Em suma, os organizadores do PDML buscavam pôr fim ao controle dos governistas sobre as instituições locais ao mesmo tempo em que defendiam os membros do PRM que atuavam no Governo do Estado.

¹³Em 1893, Jaime Balão atuou como Auxiliar de Fiscalização do Serviço de Colonização do Paraná (A REPÚBLICA, 13 jul. 1893, p. 1). Em 1899, exerceu o posto de Fiscal do Imposto do Consumo em Curitiba (A REPÚBLICA, 14 nov. 1899, p. 1).

¹⁴Acerca da ação eleitoral de lideranças políticas municipais durante a Primeira República, ver Leal (2012) e Telarolli (1977).

¹⁵Dentre os governistas, estava o comerciante varejista Manuel Nunes Barranco, antigo participante dos esquemas locais de preenchimento de cargos públicos (ALMANAK LAEMMERT, 1910, p. 37). No rol dos novatos, estava o empresário Aníbal Dias de Paiva, que em meados dos anos 1910 aderiu ao governismo. Essa adesão lhe permitiu conquistar mandatos à Câmara de Paranaguá (FREITAS, 1999). Em suma, o grupo oposicionista que disputou as eleições municipais de Paranaguá em 1912 não permaneceu por longo tempo dedicado à tarefa de combater a agremiação oficial.

¹⁶Em 1909, o oposicionista Randolfo Serzedelo, do Partido Republicano Federal, obteve 8.666 votos (15,8%) no pleito para deputado federal do Paraná. O candidato avulso, João Menezes Dória, angariou 552 sufrágios (1%) (A REPÚBLICA, 2 mar. 1909, p. 2). Em 1913, os vinte candidatos do Partido Republicano Liberal angariaram, juntos, 39.757 votos (12,1%) no pleito para o Congresso Legislativo do Paraná. Os dez postulantes avulsos obtiveram 14.105 sufrágios (4,3%) (A REPÚBLICA, 18 dez. 1913, p. 2).